

## O DIÁRIO DE ANNE FRANK E A BANALIDADE DO MAL EM HANNAH ARENDT: OLHARES FEMININOS SOBRE OS HORRORES DO HOLOCAUSTO

Claudia Karina Ladeia Batista<sup>1</sup>  
Mateus Magalhães da Silva<sup>2</sup>

BATISTA, C. K. L.; SILVA, M. M. da. O diário de Anne Frank e a banalidade do mal em Hannah Arendt: Olhares femininos sobre os horrores do holocausto. **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIPAR**. Umarama. v. 23, n. 2, p. 227-244, jul./dez. 2020.

**RESUMO:** Muitos são os relatos do holocausto conhecidos em todo o mundo. Parte deles resultam da análise pós-guerra, feita por cientistas políticos, cientistas sociais, jornalistas e historiadores. Parte advém da versão dos algozes em depoimentos tomados quando de seus julgamentos, como o caso mais famoso e emblemático conhecido – o julgamento de Adolf Eichmann, nazista integrante da SS e responsável pelo embarque de milhões de judeus em trens rumo aos campos de extermínio. O conhecimento dos horrores da perseguição a negros, judeus, ciganos e outras minorias também veio a público por relatos emocionados de sobreviventes. Mas a versão que ganhou o mundo e deu visibilidade ímpar à odiosa articulação de extermínio liderada por Hitler veio pela mão de uma vítima. Uma menina judia que retratou o cotidiano durante a guerra e não sobreviveu para ver o seu fim. O presente artigo tem por objetivo a análise da obra “O diário de Anne Frank” com o propósito de trazer à discussão o olhar da jovem autora sobre o nazismo, a partir de suas vivências contemporâneas ao holocausto. O artigo pretende ainda apresentar uma outra visão feminina, mais madura e refletida sobre o holocausto. Assim, em breves linhas, analisa o olhar da filósofa e jornalista Hannah Arendt, manifestado na obra “Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal”, escrito posteriormente à queda do terceiro Reich. Utilizando-se de pesquisa bibliográfica desenvolvida mediante emprego do método dedutivo, espera-se apresentar ao leitor a dicotomia e as intersecções

DOI: <https://doi.org/10.25110/rcjs.v23i2.2020.8464>

<sup>1</sup>Doutora em Direito. Docente nos cursos de graduação e especialização em Direito na UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Autora de artigos científicos e capítulos de livros. Organizadora de livros e parecerista de periódicos na área jurídica. Membro do conselho técnico-científico da Revista Argumenta Journal Law, do programa de Doutorado e Mestrado em Direito da UENP – Universidade Estadual do Norte do Paraná e avaliadora da Revista Direito da Cidade, vinculada ao programa de Especialização Stricto Sensu da UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. [claudiabatistadv@hotmail.com](mailto:claudiabatistadv@hotmail.com); [claudiabatista@uems.br](mailto:claudiabatista@uems.br)

<sup>2</sup>Graduando em Direito na UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. [magalhaesmateus3@gmail.com](mailto:magalhaesmateus3@gmail.com)

de visões de duas mulheres que, apesar de idades, formações e experiências muito distintas, dedicaram-se a relatar os horrores do holocausto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Anne Frank; Banalidade do mal; Hannah Arendt; Holocausto.

### **ANNE FRANK'S DIARY AND THE BANALITY OF EVIL IN HANNAH ARENDT: FEMINE LOOKS AT THE HORRORS OF THE HOLOCAUST**

**ABSTRACT:** There are many reports of the holocaust known around the world. Part of them is the result of post-war analysis by political scientists, social scientists, journalists, and historians. Part of it comes from the version of the executioners in testimonies taken during their trials, as the most famous and emblematic case known - the trial of Adolf Eichmann, a Nazi member of the SS and responsible for the boarding of millions of Jews on trains to the extermination camps. The knowledge of the horrors of the persecution of blacks, Jews, gypsies, and other minorities also came to be known through the emotional reports of the survivors. But the version that won the world and gave a unique visibility to the horrendous extermination led by Hitler came by the hand of a victim. A Jewish girl who portrayed everyday life during the war and did not survive to see its end. This article aims at analyzing the work “Anne Frank’s Diary” with the purpose of bringing to discussion the young author’s look at Nazism, from her contemporary experiences on the holocaust. The article also intends to present another more mature feminine view, also reflecting on the holocaust. Thus, in brief lines, it analyzes the views of the philosopher and journalist Hannah Arendt, manifested in the work “Eichmann in Jerusalem: a report on the banality of evil”, written after the fall of the third Reich. Using bibliographic research developed using the deductive method, it is expected to present the reader with the dichotomy and intersections of views of two women who, despite their vastly different ages, backgrounds, and experiences, dedicated themselves to reporting the horrors of the holocaust.

**KEY WORDS:** Anne Frank; Banality of evil; Hannah Arendt; Holocaust.

### **EL DIARIO DE ANNE FRANK Y LA BANALIDAD DEL MAL EN HANNAH ARENDT: MIRADAS FEMENINAS SOBRE LOS HORRORES DEL HOLOCAUSTO**

**RESUMEN:** Hay muchos informes sobre el holocausto conocidos en todo el mundo. Parte de ellos es resultado de análisis de posguerra realizados por científicos políticos, científicos sociales, periodistas e historiadores. Parte de ello

proviene de la versión de los verdugos en los testimonios tomados durante sus juicios, como el caso más famoso y emblemático conocido: el juicio de Adolf Eichmann, miembro nazi de las SS y responsable del embarque de millones de judíos en trenes rumbo a los campos de exterminio. El conocimiento de los horrores de la persecución a negros, judíos, gitanos y otras minorías también llegó a público a través de los emotivos informes de los sobrevivientes. Pero la versión que ganó el mundo y dio visibilidad única al odioso conjunto de exterminio liderado por Hitler llegó de la mano de una víctima. Una niña judía que retrató la vida cotidiana durante la guerra y no sobrevivió para ver su fin. Este artículo tiene como objetivo analizar la obra “El diario de Anne Frank” con el propósito de traer a discusión la mirada de la joven autora sobre el nazismo, desde sus vivencias contemporáneas hasta el holocausto. El artículo también pretende presentar otra mirada femenina, más madura y reflexionada sobre el holocausto. Así, en breves líneas, analiza la mirada de la filósofa y periodista Hannah Arendt, manifestada en la obra “Eichmann en Jerusalén: un informe sobre la banalidad del mal”, redactada tras la caída del tercer Reich. Utilizándose de investigación bibliográfica desarrollada mediante el método deductivo, se espera presentar al lector la dicotomía e intersecciones de puntos de vista de dos mujeres que, a pesar de sus muy diferentes edades, antecedentes y experiencias, se dedicaron a informar sobre los horrores del holocausto.

**PALABRAS CLAVE:** Anne Frank; Banalidad del mal; Hannah Arendt; Holocausto.

---

## 1 INTRODUÇÃO

Tratar da política de extermínio em massa perpetrada pelas tropas alemãs sob o comando de Hitler não é tarefa que se mostre simples. Fazê-lo em breves linhas, mostra-se ainda mais desafiador. Nesse sentido é preciso proceder a alguns recortes capazes de orientar o leitor nesta nossa empreitada: primeiramente, o objetivo é apresentar a narrativa de Anne Frank, uma jovem judia que, escondida com seus familiares, registrou dia a dia os acontecimentos, angústias e temores por eles vividos durante o regime nazista em cujo diário, tempos depois, ganharia o mundo como um dos ícones mais representativos do holocausto judeu.

Não se pode, porém, deixar de analisar a obra pelo viés jurídico e filosófico, ainda que de maneira embrionária, sob pena de, ao se enfrentar a narrativa tão somente em seu aspecto literário, esvaziá-lo do potencial crítico e transformador da realidade atual. Sendo assim, nossa tarefa consiste em, num breve estudo, discutir o mal a partir da obra “O diário de Anne Frank”, bem como apresentar a análise do mal por uma outra judia, a filósofa e jornalista Hannah

Arendt, a fim de compreender se as visões de ambas seriam convergentes ou divergentes, bem como as razões de eventuais compreensões distintas sobre o mesmo mal.

## **2 QUAL É A ORIGEM DO DIÁRIO DE ANNE FRANK?**

Em julho de 1942 as famílias Frank, Van Daan e Dr. Dussel foram morar em um esconderijo (anexo secreto em um prédio comercial em que o pai de Anne – Otto Frank – trabalhava). Na ocasião, a Holanda estava sendo ocupada pelos nazistas a fim de que capturassem todas as pessoas que Hitler havia declarado como inimigos da Alemanha. O motivo? A alegação de que judeus, ciganos, homossexuais, pessoas com deficiência física e negros não eram uma raça pura – ou seja, ariana, como ele exaltava e que os judeus estavam prejudicando a economia da nação (FRANK, 2017, p. 5).

Anne Frank, pertencente à família Frank, escondida no Anexo, resolve relatar em seu Diário seus sentimentos, em parte norteados pela opressão aos indivíduos levada a cabo pelo governo nazista. A autora, à época com treze anos de idade, registra no papel todos os seus sentimentos e o que estava conseguindo observar no momento de guerra contra as minorias aqui já mencionadas (FRANK, 2017, p 5).

Descoberto o Anexo Secreto em que essas duas famílias e o Dr. Dussel estavam, todos os integrantes foram presos, deixando para trás os seus pertences e, entre eles, o Diário de Anne Frank, que depois foi transformado em um livro, graças à uma amiga da família Frank que o encontrou e o entregou para o pai de Anne, o único sobrevivente do grupo após passarem pelo campo de concentração. Assim, nasce o livro, fruto de árduas escritas de sentimentos vivenciados no pior período para Anne. Seria uma grande realização para Anne se estivesse viva, pois seu sonho interrompido era de se tornar escritora. Seu pai, Otto Frank, conseguiu pelo menos fazer o nome dela ser sempre lembrado durante aquele momento triste para todos as judias, judeus e o demais citados (FRANK, 2017, p.5). O diário original está exposto na Casa Anne Frank, um museu em Amsterdã, na Holanda.

## **3 O OLHAR DE ANNE FRANK SOBRE A PERSEGUIÇÃO AOS JUDEUS.**

Anne Frank era uma judia alemã, cujos pais, atentos aos primeiros sinais de antissemitismo, fugiram para a Holanda. A narrativa fragmentada não dava sinais de que o avanço do nazismo seria capaz de tamanhas atrocidades. De acordo com a autora Anne Frank, “há um ditado que diz: o papel é mais paciente que o homem” (FRANK, 2017, p. 8). Ao mencionar esse ditado, ela quer dizer

que tudo o que ela está escrevendo não será em vão. Ainda assim, demonstra ser impaciente com tudo o que está acontecendo em sua vida, pois não pode nem abrir a janela, o esconderijo é todo cheio de regras para ninguém perceber que eles estão escondidos naquele Anexo (FRANK, 2017, p. 8).

Nesse sentido, Anne Frank acrescenta em seu diário que todo mundo estava com medo do terror, pois tudo pode estar proibido para eles. Dito isso, mesmo com uma liberdade limitada, ela se sentia privilegiada todos os dias em razão de seu pai ter conseguido aquele esconderijo antes que o governo nazista lhes batesse à porta. Como afirma a autora, os judeus estavam sendo levados aos poucos para os Campos de Concentração, tendo todos os seus direitos humanos violados (FRANK, 2017, p. 9). Vejamos algumas palavras da autora para a sua amiga Kitty (o seu diário) sobre essa experiência, que é digna de nota:

Querida Kitty

Hoje só tenho notícias tristes e deprimentes para lhe contar. Nossos amigos judeus estão sendo levados embora às dúzias. Essa gente está sendo tratada pela Gestapo sem um mínimo de decência. São amontoados em vagões de gado e enviados para Westerbork, o grande campo de concentração para judeus, em Drente. Westerbork parece ser terrível: um único lavatório para centenas de pessoas e muito poucas privadas. Não há acomodações separadas para homens e mulheres, e todos têm que dormir juntos. Dizem que há muita imoralidade por causa disso, e muitas mulheres e até mocinhas obrigadas a ficar lá por muito tempo ficam esperando bebê (FRANK, 2017, p. 32)

Duas colocações nos parecem dignas de reflexão na nota acima. A primeira é que Anne afirma que as pessoas selecionadas para o campo de concentração Westerbork – um dos piores da época – eram tratadas como gado, pois iam em um único vagão com um monte de judias e judeus ficando dias sem comer e beber. Além disso, não existiam divisões em tal transporte entre homens e mulheres. Com isso, as mulheres sofriam inúmeras violações, tendo os seus direitos essenciais violados pelo governo nazista. Assim sendo, Frank relata também as atividades diárias dos alemães à procura dos judeus que estavam fugindo e se escondendo da política de Hitler de “limpeza” ao seu país (FRANK, 2017, p.32). Vejamos tais fatos nas palavras da autora:

Os alemães tocam as campainhas de todas as portas, perguntando se há judeus morando nas casas. Se há, toda a família tem que sair imediatamente. Em caso negativo, passam para a casa seguinte. Ninguém tem chance de

escapar deles, a não ser que se esconda. Muitas vezes trazem listas e só batem onde sabem que vão encontrar presa certa. Em certas ocasiões, deixam-nos ir por dinheiro; cobram caro por cabeça. Isso faz lembrar as caçadas aos escravos, antigamente. Mas está longe de ser uma brincadeira; é trágico demais para isso. De noite, no escuro, vejo fileiras de gente boa, inocente, acompanhada de crianças que choram, caminhando, caminhando sob as ordens de dois desses camaradas valentões, maltratados até quase cair. Ninguém é poupado — velhos, crianças, mulheres grávidas, doentes —, todos têm que participar da marcha para a morte (FRANK, 2017, p. 41).

Em outras palavras, as tropas alemãs vasculhavam as cidades ocupadas à procura das judias e judeus. Caso os encontrassem, era certo de levá-los à força, salvo casos de aceitação de propina pelos homens participantes da engrenagem sangrenta da captura. Grande parte dos judeus era colocada em grandes filas para o embarque em vagões com destino à morte. Eram crianças, mulheres, grávidas, idosos, etc., como bem relata a autora em seu diário. Ninguém que era capturado estava livre das ordens que vinham de um superior para os soldados que maltratassem e desrespeitassem a dignidade da pessoa humana de cada vítima (FRANK, 2017, p.41).

Assim, Anne Frank ficava muito angustiada, por ter o “privilégio” de permanecer escondida graças à estratégia de seu pai, enquanto muitos judeus estavam nas múltiplas mãos responsáveis pela “engrenagem” do sistema nazista. Nas palavras de Anne Frank (2017, p. 41): “fico apavorada ao pensar nos amigos queridos que caíram nas mãos dos brutos mais cruéis que já surgiram na face da terra. E tudo isso, só porque são judeus!”. Isso mostra a sensibilidade e a empatia que a menina Frank demonstra ao observar de perto toda aquela prática nefasta com os judeus, ciganos, homossexuais, pessoas com algum tipo de deficiência e dentre outras. (FRANK, 2017, p.41).

Anne Frank nunca aceitou ter que ficar por muito tempo escondida. Tinha sonhos, entre os quais o de voltar a estudar, como qualquer adolescente de seu tempo antes da ascensão do Terceiro Reich. Em seu diário, relatava o seu ponto de vista, seus planos e ideias que, se compartilhados com os demais ocupantes do Anexo Secreto, seriam silenciados ou ignorados. Logo, tinha em seu diário como uma espécie de amiga – como já dito acima – a quem confiava seu pensamentos, preocupações e ansios. (FRANK, 2017, p. 137).

A relação de interdependência entre a menina e seu diário torna-o quase que um protagonista na história. O avolumado de folhas, por ela chamado “Kitty”, como a personificação de uma amiga, ganha mais importância à medida em

que figura como depositário da confiança, das angústias, medos, sonhos e (des) esperanças de uma adolescente privada da liberdade e das vivências triviais de sua idade. Por sua vez, não fosse o diário um relato de um regime em construção e ainda não compreendido amplamente, talvez não tivesse o reconhecimento que teve. A obra foi publicada em mais de setenta idiomas e representa um dos “best sellers” das publicações relacionadas ao nazismo.

Num desses relatos de angústia, a menina Anne Frank narra que se sentia como um pássaro que tivera suas asas brutalmente cortadas, e que, em sua essência, deveria estar livre. Tal analogia mostra que, devido a tamanha proporção das circunstâncias, era cada vez maior o medo que Anne tinha em ser descoberta dentro daquele esconderijo. Entretanto, a autora deixa bem explícita a alteridade dela com os demais que estavam na zona de perigo, prestes a ser capturados pelos nazistas (FRANK, 2017, p. 81). Vejamos em sua escrita um fragmento digno de destaque:

Que afortunados somos, tão bem-cuidados e sossegados. Não teríamos que nos preocupar com todas essas misérias, não fosse a angústia que sentimos por todas as pessoas queridas a quem não mais podemos ajudar. [...] sinto remorsos por estar dormindo em uma cama quentinha enquanto tantos amigos queridos são assassinados ou tombam numa sarjeta no frio da noite[...] (FRANK, 2017, p. 41).

A autora cogita que, se tivessem sorte, alguém daria fim àquela situação. Mas observa que só ela pensando assim não faria tanta diferença em mudar o sistema. O que cabia a ela era sentir muito pelo o que estava ocorrendo e desejar que tudo aquilo passasse logo, com esperança de que tudo voltasse a ser como antes. O diário retrata a angústia, mas carrega a esperança, mesmo esmorecida vez ou outra nos mais de dois anos convivendo com uma realidade aterradora. Os relatos cessam quando o Anexo Secreto foi descoberto e todos foram capturados.

#### **4 A ANGUSTIA DE ANNE FRANK E O MAL NO NAZISMO**

Entre narrativas próprias da adolescência, trivialidades do cotidiano e do comportamento familiar, Anne apresenta impressões angustiantes de uma espera sem fim. Diante das incertezas quanto ao futuro, Anne Frank (2017, p. 88) compartilha um dos seus sentimentos em seu Diário, como: “- a guerra não progride. Nosso moral está podre”. A autora afirma que, com o passar do tempo, as coisas não estavam mudando para melhor. Isto é, as pessoas não estavam tendo consciência o suficiente de que toda a estratégia de Hitler era uma imoralidade

perante a sociedade ao matar pessoas motivado por suas diferenças físicas ou religiosas (FRANK, 2017, p. 88).

Nesse sentido, a autora expressa inúmeras indagações em seu diário. Uma delas, querendo saber o motivo das pessoas quererem diferenciar os judeus dos outros povos e por qual razão eles tinham que sofrer tudo aquilo. Ressalta ela que foi Deus quem os fez, assim como aos alemães, a título de exemplo. Afirma ainda acreditar que quando a guerra acabasse e os judeus sobrevivessem, ao invés de condenados, seriam vistos como exemplos de pessoas, que primavam pelo amor ao próximo e pela paz. Por fim, destaca que eles não queriam perder ou renegar a sua origem como judeus (FRANK, 2017, p.155).

O diário aponta sinais de que Anne enxergava um viés do mal banal e injustificado, tal qual se verifica por meio de perguntas, como: “ De que adianta esta guerra? Por que não se pode viver em comum e em paz? Para que essa destruição?” (FRANK, 1947, p. 155). Ora, tais perguntas são compreensíveis, no entanto, insuficientes para satisfazer as dúvidas dos oprimidos. Mas ela via nas entrelinhas do discurso que os judeus não serviam aos propósitos nazistas e, por isso, deveriam morrer; e que por trás disso havia interesse de empresários em lucrar cada vez mais. Isso porque quando se planeja uma guerra, automaticamente movimenta a indústria de bombas, armas, entre outros setores, como relata a autora em seu diário. Enquanto isso, os políticos não investem direito no que a população mais precisa, como saúde de qualidade, educação de qualidade, cultura de qualidade e dentre outros elementos fundamentais para uma população que se encontra dividida e se destruindo por uma falsa moral implantada no governo nazista (FRANK, 2017, p. 155).

Assim, apesar de Anne Frank considerar que as pessoas eram boas em sua essência, não acreditava que a culpa fosse apenas dos políticos e dos empresários. Era também culpa das pessoas comuns. Isto é, da grande massa da população alemã que apoiava um líder que praticava toda aquela atrocidade humanitária. Nesse período de autoritarismo do governo nazista, “todo estudante que quiser se formar ou continuar seus estudos é obrigado a assinar um papel declarando que é simpatizante dos alemães e que aprova a Nova Ordem” (FRANK, 2017, p. 59).

Se Anne Frank deixou claro em diversos momentos que não abandonaria a esperança de um fim do sofrimento dos judeus, as transcrições acima evidenciam que ela não tinha qualquer vislumbre de compreensão das “justificativas” que se pudesse dar ao holocausto. Acredita-se, pois, que Anne Frank conseguiu identificar o mal, de modo que nem o melhor dos argumentos poderia legitimar as atrocidades sabidas e vivenciadas. A obra não nos permite concluir se o mal apresentado nos relatos da autora era por ela percebido como gênese ou como produto de um sistema cruel que ela mesma não compreendia. Por vezes a obra



passa a impressão de que não se tratava de uma maldade sistêmica, mas da maldade por ela colocada como resultado de uma “moral podre” das pessoas que eram encarregadas de levar a cabo os planos de Hitler. Em determinada passagem, a menina teima em não sucumbir ao mal que a cerca, à dureza da rotina e à falta de perspectiva:

É difícil em tempos como estes: ideais, sonhos e esperanças permanecerem dentro de nós, sendo esmagados pela dura realidade. É um milagre eu não ter abandonado todos os meus ideais, eles parecem tão absurdos e impraticáveis. No entanto, eu me apego a eles, porque eu ainda acredito, apesar de tudo, que as pessoas são realmente boas de coração. (FRANK, 2017, p. 121)

Acreditamos, pois, que a autora não tinha exata dimensão de que a maldade era sistêmica (a burocracia a serviço do mal), como revelariam estudos posteriores. Quer pela narrativa se dar na clandestinidade, com acesso restrito a informações, quer pela tenra idade, inexperiência, ou pela ausência de uma visão holística do “*modus operandi*” nazista, não se poderia condená-la por acreditar que as pessoas eram “realmente boas de coração”. Tal fato, entretanto, em nada desmerece a narrativa da adolescente, haja vista que muitos pesquisadores, cientistas, antropólogos, sociólogos e historiadores depois dela ainda tiveram dificuldade na tarefa de encontrar razões para compreender a motivação do mal perpetrado no regime nazista. Entretanto uma coisa restou clara dos inúmeros estudos: a mera personificação do mal na figura de um líder tresloucado não parecia ser suficientemente para a sucessão de atos que culminaram no extermínio de mais de seis milhões de judeus.

Anne, apesar da pouca idade, se mostrava uma mulher cheia de força interior e com bastante coragem, a quem os quase dois anos de cárcere forçado não havia minado a rebeldia e a esperança: “se Deus permitir que eu viva, farei mais que mamãe, não quero ser insignificante, trabalharei pelo mundo e pela humanidade” (FRANK, 2017, p. 145). Obstinada a fazer pelo mundo mais que tomar conta da casa enquanto o marido trabalha, nutria esperança num pós-guerra que, infelizmente, não veio para ela. Relatando isso, tal autora seria – provavelmente - uma mulher revolucionária, em que trabalharia como jornalista e defensora dos direitos humanos (FRANK, 2017, p. 145). A morte prematura privou o mundo de uma grande defensora dos direitos humanos? A maturidade daria à Anne Frank condições de ascender intelectualmente e, para além de sua imensa contribuição com o diário, galgar importância nos estudos do holocausto, tal como ocorreu com Hannah Arendt?

Dentre as obras publicadas pela filósofa, detivemo-nos na que mais

parece contribuir para o diálogo que ora se propõe: “Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal.” A autora revelou ao mundo que, mais do que a maldade levada a cabo por um líder populista e carismático, movido por um ideal higienista e ultranacionalista, as “engrenagens” do nazismo contaram com o mal latente em pessoas comuns, não como mal demoníaco, personificado na representação malévola de alguém cruel e sanguinário, mas no mal burocrático, subserviente e irrefletido – o mal capaz de tolerar o mal. O mal capaz de não se compadecer do mal. O mal banal, como passamos a expor.

## **5 A PERPLEXIDADE DE HANNAH ARENDT NO JULGAMENTO DE UM NAZISTA: OLHAR DIVERSO SOBRE O MESMO MAL?**

Hannah Arendt foi designada pelo *The New Yorker* para acompanhar o julgamento do nazista Adolf Eichmann, responsável por deportar e encaminhar milhões de judeus aos campos de extermínio em trens fétidos e superlotados. Seu trabalho resultaria pouco mais tarde na obra acima citada, ícone dos estudos sobre as razões do avanço da ambiciosa empreitada de Hitler.

A expectativa ao acompanhar o julgamento era estar diante de um sanguinário genocida antissemita, defensor intransigente da pureza da raça ariana e convicto de que apenas a eliminação dos judeus daria futuro à então Alemanha decadente. Entretanto, no exercício de sua função como jornalista, Arendt se surpreendeu: o acusado não era mais que um homem comum, quase medíocre, que no exercício de suas funções de oficial burocrata afundou-se em uma rotina de números e papéis. Uma burocracia que, posta ao serviço do nazismo, transformava seres humanos em números e histórias de vida em fichas e prontuários. O exercício cotidiano da atividade era feita sem externar qualquer contrariedade, constrangimento ou culpa. Ao contrário, o funcionário da SS julgava-se um exímio cumpridor das ordens do Terceiro Reich, para quem “a palavra era lei” (ARENDR, 2009, p.112). Desta feita, Arendt consegue demonstrar que grandes crimes não eram necessariamente cometidos por grandes criminosos. (MENEZES, 2018, p. 234). Em sua tese Menezes defende que “a tarefa de eliminação só chegou a termo porque o judeu foi despersonalizado, e os que executaram as tarefas foram destituídos de sentimentos e de compromissos individuais. O distanciamento foi necessário para colocar em execução a solução final” (2018, p. 245)

Questionamentos como os feitos por Anne Frank acerca da origem do mal também eram dúvidas de Arendt. Mas a maturidade e o acesso a outras obras produzidas após o fim do holocausto permitiram à filósofa uma visão mais precisa quanto ao funcionamento do sistema:

Não mais se questionava como uma sociedade organizada como a alemã poderia assistir, inerte, às atrocidades praticadas durante a ascensão do nazismo e sua disseminação na Europa. Não se tratava mais de reconhecer o erro ou a falta de virtude. Tratava-se de não identificar a patifaria, a partir de duas frentes: retirava-se das vítimas sua humanidade, “pintando-as” como sujas, desonestas, más e responsáveis por todas as agruras econômicas e o desemprego dos cidadãos alemães. Por outro lado, o rompimento com a moral e a estruturação burocrática propositalmente criada para afastar os resultados de seus autores facilitavam a falta de questionamento sobre a juridicidade e a eticidade dos atos praticados. (ARENDDT, apud MENESES, 2018, p. 260).

A condição humana era posta à prova por ações orquestradas pormenorizadamente para excluir a humanidade dos judeus. Para fazê-los “coisa”. A violação dos domicílios, a privação de bens, de liberdade, a segregação, o banimento, a perseguição, as ofensas físicas, o estupro e os “experimentos científicos”, tudo milimetricamente planejado para escarnecer, subjugar e, por fim, destruir não só as pessoas como seus registros, suas memórias e quaisquer relatos de sua existência. “Já não existe vontade; cada pulsão torna-se passo, contração reflexa dos músculos destruídos. Os alemães conseguiram isso. Dez mil prisioneiros, uma única máquina cinzenta; estão programados, não pensam, não querem. Marcham”. (LEVI, 1988, p. 50)

Ao “demonizar” os judeus como causadores de todo o infortúnio da Alemanha, bem como “legitimar” medidas de proteção aos interesses de seu povo mediante o extermínio de garantia de direitos a judeus e seus benfeitores, a estrutura do regime nazista favorecia a ausência de questionamentos quanto à moralidade das ações perpetradas, permitindo: “1) a distância do fato – que anula ou enfraquece a pressão da responsabilidade moral; 2) a substituição da responsabilidade moral pela responsabilidade técnica –, o que encobre a importância moral da ação; 3) a segregação e a separação, que promovem a indiferença pelo sofrimento do outro” (MENEZES, p. 249).

Assim sendo, ao posicionar geograficamente distantes as estruturas de poder nazista, Hitler evitava que os oficiais burocratas tivessem contato direto com os horrores nos campos de concentração. Os oficiais dos campos, por sua vez, ao se distanciarem dos gabinetes de onde partiam as decisões do alto comando, sentiam-se tão somente executores de ordens, desprovidos moralmente de qualquer responsabilidade por elas. A estratégia foi utilizada por longos anos e veio a público apresentada por Hannah Arendt, quando da cobertura jornalística

do julgamento de Adolf Eichman, nazista capturado na Argentina vivendo sob falsa identidade e levado a julgamento em Jerusalém.

Assim como relata Arendt, Bauman também reporta o mal mais à condição do meio do que à personalidade do agente (1998, p. 190). Ademais, o autor reconhece que na ausência de proteção em contextos cruéis, com situações em que os indivíduos são expostos à situações limite, as pressões tendem a reduzir as amarras morais e legitimar ações desumanas, visto que “na maioria das pessoas, senão em todas, vive um pequeno SS esperando para vir à tona” (ERZIONI, *apud* BAUMAN, 1998, p. 195)

Segundo Hannah Arendt os campos de concentração (futuramente, campos de extermínio), para além do caráter utilitário de mão de obra não remunerada para a realização de atividades de desinteresse dos próprios alemães, eram logradouros responsáveis por extirpar dos indivíduos os últimos resquícios de humanidade e individualidade: camas, roupas, banheiros, comedouros – quase tudo de uso coletivo. Nomes substituídos pela tatuagem de um número na pele. A exacerbação dos instintos mais animais de luta por comida, sobrevivência e liberdade nutriam esperanças vis de delatores, de modo a contribuir para “a eliminação do homem tanto física como psicologicamente, até não restar algo de humano<sup>3</sup>” (MENEZES, 2018, p. 275).

A reiteração de violência e degradação do ser humano ao longo do tempo, cria o fenômeno denominado por Hannah Arendt como “banalidade do mal”. A maldade torna-se tão arraigada ao cotidiano, tão própria de ações ordinárias, tão comum, que já não causa estranhamento ou náusea. O mal passa a ser naturalizado, indiferente e até esperado. Assim, o mal banalizado passa a corroer as estruturas sociais que asseguram a possibilidade de coesão, de coexistência de diferentes sob um mesmo “manto de proteção”. A banalização do mal promove a quebra da capacidade de compreensão e tolerância do outro em sua diversidade, seja ela um território, uma religião, um posicionamento político-partidário ou mesmo uma condição sexual.

Tal como Arendt, Bauman não considera o mal personificado em pessoas cuja personalidade sejam odiosas, mas em conjunto de fatores econômicos e

---

<sup>3</sup>Sobre o fim proposital dos traços de humanidade, recomenda-se a obra de um sobrevivente do holocausto Primo Levi: “São típico produto da estrutura do Campo de Concentração alemão: basta oferecer a alguns indivíduos em estado de escravidão uma situação privilegiada, certo conforto e uma boa probabilidade de sobrevivência, exigindo em troca a traição da natural solidariedade com os companheiros, e haverá por certo quem aceite. Ele subtraído à lei comum e se tornará intangível; será então, tanto mais odioso e odiado quanto maior for o poder a ele concedido. Quando lhe for confiado o comando de um grupo de infelizes, com direito de vida e morte sobre eles, será cruel e tirânico, bem sabendo que, se não de aberrações e compromissos. A não ser por grandes golpes de sorte, era praticamente impossível sobreviver sem renunciar a nada de seu próprio mundo moral; isso foi concedido a uns poucos seres superiores, da fibra dos mártires e dos santos” (LEVI, 1988, p. 136).

sociais que colocam em cheque princípios morais elementares para se viver em sociedade (BAUMAN; DONSKIS, 2014, p. 16).

O mal creditado por Hannah Arendt a Eichmann não era um “mal demoníaco”. Não era o mal próprio de um assassino sanguinário ávido por sofrimento. Era o mal aceito, normalizado pelas condutas reiteradas. O mal nascido em um contexto de adversidade. Um mal “burocratizado” e posto a serviço de interesses supostamente “justificáveis”, tais como o de retomada econômica e geração de empregos. Nesse sentido Menezes tenta traçar alguns parâmetros para as origens do mal embrenhado nas entranhas do regime nazista:

- 1) crença de que o povo alemão era uma raça pura; 2) que havia um precedente de ódio em relação aos judeus e que os alemães idolatravam seu líder, Hitler, e creditavam a derrota na Primeira Guerra Mundial aos judeus; 3) ambição e interesse pelo que o povo judeu possuía – suas riquezas e seus negócios, que os nazistas acreditavam ser bem mais do que se mostrou na realidade; 4) capacidade de imputar ao outro a responsabilidade que cabia a cada um; 5) nacionalismo exacerbado; 6) excesso de obediência às ordens militares, o que não justifica a obediência do resto da população que não era composta por militares; 7) medo de todos quando perceberam a violência com que os nazistas tratavam aqueles de que não gostavam ou aqueles que eram contra o regime do Terceiro Reich; esse medo tornou-se extensivo, universal e dominante na Alemanha nazista – todos se sentiam ameaçados e todos denunciavam todo mundo; 8) a necessidade inata no homem de sobreviver leva-o a tentar vencer o medo; 9) covardia, desumanidade, racismo etc. – a enumeração não tem fim. (MENEZES, 2018, p. 227)

Há que se considerar, porém, que mesmo o mal naturalizado não admite a destruição da moral. A cegueira deliberada de Eichmann não pode ser óbice à exigência de humanidade mínima. Não se pode, sob qualquer circunstância, dar razão à tamanha destruição da moralidade mínima, como se assistiu no nazismo. Assim sendo, Eichmann foi julgado em Jerusalém (cujo foro foi bastante controverso<sup>4</sup>) e condenado ao enforcamento. Mas para Arendt, a surpresa residia nos relatos frios daquele homem, responsável pela morte de milhões de judeus,

---

<sup>4</sup>“Por que ele não é julgado por uma corte internacional?[...] Para Israel, o único aspecto sem precedentes nesse processo específico era que, pela primeira vez, desde a destruição de Jerusalém pelos romanos no ano 70, os judeus tinham a possibilidade de julgar crimes cometidos contra seu próprio povo” (ARENDDT, 1999, p. 294)

admitiu não sentir ódio das vítimas. Orgulhava-se de ter cumprido com exímia eficiência as ordens superiores. “Ele foi uma das figuras centrais do nazismo em razão de sua capacidade cega de cumprir ordens sem questionar, de ser vazio de sentimentos, além de destituído de senso moral. Os nazistas, levando-se em conta a quantidade de mortos que geraram, seriam, assim, o mal absoluto – assassinos em massa”. (MENEZES, 2018, p. 234)

Eichmann reiterava, de forma genuína ou como estratégia de defesa, não ser responsável por morte alguma: “Com o assassinato dos judeus não tive nada a ver. Nunca matei um judeu, nem um não judeu – nunca matei nenhum ser humano. Nunca dei uma ordem para matar fosse um judeu fosse um não judeu; simplesmente não fiz isso” (ARENDDT, 1999, p. 36). Eichmann não se sentia responsável ou arrependido de seus atos. Afirmou em depoimento que não agiria de modo diverso, visto que sua obrigação era acatar ordens. (MENEZES, 2018, p. 279). “As palavras do Führer tinham força de lei” (ARENDDT, 1999, p. 165).

Desta feita, ao acatar sistematicamente ordens cujo conteúdo moral era amplamente questionável, Eichmann usa de uma cegueira deliberada, uma subserviência a um sistema que reconhece ser causador do sofrimento alheio e, ainda assim, não se assume parte da engrenagem. Não se admite responsável por morte alguma. Entretanto, como bem aponta Menezes (2018, p. 239): “Seu julgamento trouxe à tona – do mesmo modo que o Tribunal de Nuremberg – que a insanidade é atribuída à ação. Consolidar o mal depende de atitudes, de ações. Intenção apenas não leva à prática do mal. O que o nazismo fez – e Eichmann como um de seus representantes – foi colocar em prática um desejo ou propósito. Posicionar-se em relação a algo pode ser inofensivo quando não incita ou envolve o ato de agir”.

## **6 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS EM ANNE FRANK E HANNAH ARENDT.**

A compreensão dos horrores do regime totalitário nazista teve a contribuição da menina Anne Frank. Embora seu diário não represente significativa contribuição jurídica ou filosófica, também pela interrupção prematura dos relatos em razão de sua morte em um campo de concentração, a obra ganhou adeptos em todo o mundo pelo que tem de mais singelo: o relato de tais horrores uma criança prova que o nazismo não poupou ninguém. Crianças, pessoas com deficiência, judeus, bebês, mulheres, idosos... Todos os que não se enquadravam no ideal da pureza da raça ariana, ou mesmo alemães que se colocaram contra os comandos do *Führer* amargaram algum tipo de perseguição e represália.

Nesse sentido, os relatos de Anne Frank e Hanah Arendt são convergentes

e complementares: ambas mulheres judias, cada qual descrevendo os horrores do totalitarismo sob sua própria ótica. Divergem, entretanto, no tempo da escrita: o retrato da menina é repleto de angústia e incerteza, dado ao fato de que seus relatos são contemporâneos ao conflito. A mulher, filósofa e escritora consagrada, escreve com a maturidade, experiência e, sobretudo, “distanciamento” que o pós-guerra proporciona.

Enquanto Anne escreve com emoção, apreensão e temor, posto que vive os fatos, Arendt escreve com conhecimento dos fatos já findos. A primeira está “no olho do furacão” sem sequer compreender o fenômeno. A segunda já o conhece de outros estudos e o observa a certa distância segura. Enquanto Anne se questiona sobre o porquê dos homens não viverem em paz, Arendt conhece que o totalitarismo flerta com a anulação do ser humano e sua subjetividade, a fim de sujeitá-lo às regras de um sistema vil. Convergem na narrativa em torno da essencialidade do respeito a direitos mínimos assecuratórios de uma vida digna em sociedade. Anne com o sonho de um mundo mais humano e solidário. Arendt com a certeza de que a desumanização e a transformação de humanos em peças de uma engrenagem são receitas de regimes totalitários.

Em comum, o fato das duas terem dado incomensurável contribuição para a compreensão do holocausto. Comungam também de um olhar para o futuro, no qual a compreensão do fenômeno social seja feita não só enquanto um lamentável fato histórico cuja repetição se deve evitar, mas também como um repositório de experiências para compreender a política e as relações humanas na atualidade. Em tempos de Trumpismo e ultranacionalismo norte-americanos (cujos reflexos lamentavelmente também aqui se verificam), olhar o passado para compreender a (in)capacidade do tecido social se adaptar à diversidade (negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, estrangeiros, religiosos das mais diversas crenças, diversidade sexual etc.) é salutar. A compreensão do passado nos permite um potencial reflexivo a partir da empatia histórica<sup>5</sup>, pela qual não se consideram as ocorrências tão somente como fatos, mas se procura vivenciá-las e compreendê-las. Assim sendo, mais que uma reflexão sobre os limites da moral individual, o estudo do holocausto nos impõe uma reflexão mais profunda sobre os limites (morais e éticos, inclusive) da capacidade humana para a vida em sociedade.

---

<sup>5</sup>Empatizar historicamente é compreender os motivos e explicar as ações dos homens no passado, de modo a torná-las inteligíveis às mentes contemporâneas. Tal implica um amplo conhecimento do respectivo contexto histórico e a interpretação da evidência histórica diversificada e / ou contempladora de diferentes perspectivas, estando também vinculado o uso da imaginação histórica (FERREIRA, 2009, p. 117)

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Diário de Anne Frank é, antes de mais nada, um depositário de frustrações, sonhos e esperanças. Diferentemente da ampla literatura pós-guerra, não tinha a pretensão senão de fazer companhia à menina que não via a mãe como espelho, tampouco conseguia compartilhar seus pensamentos mais profundos com os demais ocupantes do Anexo Secreto. Evidentemente não tinha a adolescente ideia de que seu diário ganharia o mundo, embora tivesse o sonho de ser reconhecida por seus escritos.

Assim, a despeito da ausência de pretensão da autora em discutir estudos profundos sobre a condição humana, direitos e outros temas (ali tratados como relatos de aflição e uma preocupação pessoal), os estudos permitem concluir a existência de um evidente vínculo entre o diário e toda a construção dos direitos humanos arquitetada no pós-guerra. Assim, a obra de Anne Frank resiste não só como um relato quase ingênuo da capacidade humana de praticar o mal (ou relevar o caráter nocivo das ações advindas da maldade alheia), como também enquanto memória de uma coletividade cujos nomes, rostos e histórias de vida foram propositalmente apagados pelo regime nazista.

Ao contrário das ações perpetradas pelo Terceiro Reich, no sentido de desumanizar as vítimas e considerá-las como mero entraves ao projeto de supremacia racial e ultranacionalismo, o diário de Anne Frank é “personal”. Anne não é mais uma. Anne não é um número. Uma entre os mais de seis milhões de judeus exterminados. Anne tem história. E sua história comove pela singeleza. Sua história não é propriamente um relato da mecânica fria e sangrenta do holocausto. Há que se considerar que talvez o fosse, caso o diário a tivesse acompanhado ao campo de concentração, onde a menina morreu de tifo aos 15 anos. Mas seu diário cria no leitor a já mencionada empatia histórica, isto é, a capacidade de fatos históricos despertarem a real comoção em pessoas que não viveram tais passagens. A capacidade do leitor se colocar no lugar do outro.

Assim, se a capacidade de desumanizar o inimigo é estratégia para retirar dos algozes qualquer sentimento de culpa, a capacidade de vislumbrar a história real de uma vítima dá ao leitor a real dimensão de uma tragédia que não é sua. Se por um lado a narrativa nazista foi capaz de incutir em quase toda a sociedade alemã a ideia de que os judeus eram depositários de todo mal e fonte de infortúnio de uma nação em crise, a obra de Anne Frank nos faz refletir sobre temas atuais, como direitos humanos, exclusão, xenofobia, tolerância, alteridade, igualdade, discriminação e tantos outros cuja relevância no cenário social e jurídico se deve não só à necessidade de conhecer a História, mas à capacidade de se emocionar verdadeiramente com ela.



## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: Um relato sobre a banalidade do mal.** Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.
- \_\_\_\_\_. **A condição humana.** 10. ed. Tradução R. Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BAUMAN, Zygmunt; DONSKIS, Leonidas. **Cegueira moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida.** Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto.** Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- CASA DE ANNE FRANK. **DEIXE-ME SER EU MESMO: A história de vida de Anne Frank.** TEXTO DA EXPOSIÇÃO Casa Anne Frank / 2015. Disponível em: [www.annefrank.org.texto-da-exposicao\\_braz-v04](http://www.annefrank.org.texto-da-exposicao_braz-v04). Acesso em: 21 out. 2020.
- FRANK, Anne. **O Diário de Anne Frank.** 2. ed. São Paulo: Coleção Grandes Clássicos, 2017.
- KATTAOURI, Luísa Parreira. **A APRENDIZAGEM DA EMPATIA HISTÓRICA A PARTIR DE UM PROJETO SOBRE ANNE FRANK.** SCIAS. Direitos Humanos e Educação, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 107-127, jul./dez. 2019. Disponível em: [revista.uemg/brandrade1111-journal-manager-6-a-aprendizagem-da-empatia-historica%20\(3\).pdf](http://revista.uemg/brandrade1111-journal-manager-6-a-aprendizagem-da-empatia-historica%20(3).pdf). Acesso em: 21 out. 2020.
- FERREIRA, Clarisse. **O papel da empatia histórica na compreensão do outro.** In: BARCA, Isabel; SCHMIDT, M. Auxiliadora. Educação Histórica: Investigação em Portugal e no Brasil. Actas das quintas jornadas internacionais de Educação Histórica, 2009.
- LEVI, Primo. **É Isto um Homem?** Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- MENEZES, Fátima Rejane de. **O holocausto como expressão do mal: literatura testemunhal e representação literária.** Brasília, DF/Fátima Rejane de Meneses. – Brasília, 2018. 380 fl. il. Orientadora: Elga Pérez Laborde. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Departamento de Teoria Literária e

Literaturas, Programa de Pós-Graduação em Literatura. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34573>. Acesso em: 24 jul. 2020.

REGERT, Vera. Releitura da História do Holocausto por meio da escritura autobiográfica das vítimas. *In: Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*. v. 6, ano VI, n. 3. 2009.